

## APRESENTAÇÃO: O GOLPE DE 2016 E O FUTURO DA DEMOCRACIA

**Carlos Eduardo Pinto Procopio**

*MACHADO - Tem que ter um impeachment.*

*JUCÁ - Tem que ter impeachment. Não tem saída.*

*MACHADO - Rapaz, a solução mais fácil era botar o Michel [Temer].*

*JUCÁ - Só o Renan [Calheiros] que está contra essa porra. 'Porque não gosta do Michel, porque o Michel é Eduardo Cunha'. Gente, esquece o Eduardo Cunha, o Eduardo Cunha está morto, porra.*

*MACHADO - É um acordo, botar o Michel, num grande acordo nacional.*

*JUCÁ - Com o Supremo, com tudo.*

*MACHADO - Com tudo, aí parava tudo.*

*JUCÁ - É. Delimitava onde está, pronto.*

*JUCÁ - [Em voz baixa] Conversei ontem com alguns ministros do Supremo. Os caras dizem 'ó, só tem condições de [inaudível] sem ela [Dilma]. Enquanto ela estiver ali, a imprensa, os caras querem tirar ela, essa porra não vai parar nunca'. Entendeu? Então... Estou conversando com os generais, comandantes militares. Está tudo tranquilo, os caras dizem que vão garantir. Estão monitorando o MST, não sei o quê, para não perturbar.*

*JUCÁ - Eu acho que tem que ter um pacto.*

2

[Gravação da conversa entre Sérgio Machado e Romero Jucá (trechos selecionados)].

Entre abril e junho de 2018, o Departamento de Humanidades do campus São Paulo do IFSP, sob minha responsabilidade, organizou um ciclo de debates sobre o Golpe de 2016. Naquela época já se avolumava cursos e seminários sobre o tema, tão volumosos como os atos de repúdio e processos que alguns colegas receberam por colocam em evidência as entranhas da história recente da política brasileira. Em algum grau, o curso do IFSP também foi objeto de vigilância. Por medo ou covardia, uma versão do cartaz de divulgação foi modificada, após telefonemas de colegas de departamento que estavam preocupados com algum tipo de represália. Acatei, relutante, a modificação do cartaz. Estes foram pregados aos montes pelas paredes do Campus São Paulo e divulgados maciçamente nas redes sociais. Das centenas de inscritos, entre 40 e 50 compareceram nas palestras que aconteceram no período.

O Ciclo contou com 14 pesquisadores: 12 do IFSP (oriundos de vários campi), 1 da USP e 1 da UNILA. Estes falaram de processo político, lulismo, o papel da imprensa, imaginário, as agendas em curso, o lugar das religiões, a universidade, repressão, censura, arte e juventude. Destes pesquisadores, por motivos de várias ordens, 4 puderam mandar seus textos para este dossiê. Mesmo que apenas uma amostra da qualidade do debate travado no prédio da Rua Pedro Vicente 625, são contribuições de fôlego e que trazem uma leitura criativa sobre a aquele momento. São reflexões interessantes sobre uma das verdades que assolou o território brasileiro, gostem ou não do enredo da maléfica trama. E por ser verdade o que se passou entre nós, deve ser dita muitas vezes ao risco de serem deixadas ao esquecimento, para citar uma notável passagem do Ensaio sobre a Lucidez, do Saramago.

Nós percebíamos, como intelectuais, que a história passava aos nossos pés. A nova república agonizava. Apesar de nova, entrava em vias de colapso, que certamente faria ela padecer. Desde o recebimento do pedido de impeachment por Eduardo Cunha no Congresso Nacional até o dia 7 de abril, quando inauguramos o curso, já se passavam 28 meses. Derrubaram uma presidenta eleita e que apesar da habilidade política reduzida, era inegavelmente honesta. A história provou, não tardou poucas dezenas de meses depois. Os rumos do país mudaram a partir daí. A impressão era de que as coisas perderam as estribeiras e que estávamos a caminhando para um futuro do passado (Se a Dilma não tivesse sido deposta... Se o Lula tivesse sido candidato etc.). Nosso mal estar ampliava-se diante da possibilidade de Lula ser preso a partir de um processo que todos duvidam de sua fundamentação, a não ser seus executores. Isso de fato veio a ocorrer antes mesmo do final do nosso curso. A resistência, que foi pacífica, mas dura, ganhou um tom de *via crucis*. Lula se transformou em uma ideia e embalou os confins do Brasil profundo, atravessando as retóricas de projetos políticos e se convertendo em nossa teleologia. O desfecho de feliz não tem quase nada, uma vez que outra ideia, guardada na intimidade de outros milhões de brasileiros, não só saiu às ruas, mas compareceu às urnas, para sepultar um sonho de esperança e justiça social.

Uma ideia que estava em jogo na época do curso era a de golpe, enquadramento que disputava com outros a compreensão do processo de impedimento de Dilma. Um golpe de estado envolve uma miríade de interpretações, desde quem faz/realiza o golpe (os atores) até como é feito o golpe (a forma do ato). Mas há uma forma compreensiva

que atravessa topas as interpretações: “golpe de Estado é um ato realizado por órgãos do próprio Estado” (militares, judiciário, legislativo, executivo etc.). Fruto do capricho daqueles que ocupam posições no estado ou da quebra de regras consolidadas que são revertidas, invertidas ou quebradas em benefício de um conjunto de interesses. De origem francesa, ao pé da letra significa a “violation délibérée des formes constitutionnelles par un government, une assemblée ou un groupe de personnes qui détiennent l'autorité”.

A principal pergunta que se faz diante de casos de golpe de estado é “**quem faz**” o golpe? Ao longo do século 20, especialmente a partir de seus meados, o principal ator nesses contextos seriam os chefes militares (América Latina, África e Sudeste Asiático), mas há casos onde os próprios chefes de estados ou grupos formados em seu interior se performaram como os operadores do golpe. Vemos atores envolvidos e seus interesses em mudar a ordem democrática assentada sobre princípios mais universalistas em benefício de uma perspectiva mais exclusivista de organização da vida social. Nem todos os golpes se desenvolveram para uma perspectiva totalitária (monopólio dos meios de comunicação, monopólio do uso da força e da violência, do uso maciço da propaganda, da escolha de um inimigo comum etc.). Mas todos eles mudaram o rumo dos países na qual eles foram implementados. Uma quebra de uma tendência que além de ser substituída por outra é combatida ao ponto de ser diluída. Os golpes parecem sempre ser muito cirúrgicos.

Com isso como preâmbulo, os textos que se seguem vão discutir o que passou em 2016.

Jorge Rodrigues Souza Junior analisa a relação da imprensa com o Golpe de 2016. Tomando como referência a teoria da análise do discurso materialista, o eixo de discussão se coloca sobre a (im)parcialidade da mídia, especificamente a jornalística, através da análise de capas de revistas e de jornais da época que retrataram esse acontecimento.

Sônia Regina Martins compara o golpe de 1964 com o golpe de 2016, lançando mão da sociologia política marxista para apresentar as contradições que levaram a consumação de cada um destes processos.

Marcos Alexandre Capellari se dedica a discutir os papéis desempenhados pela juventude durante o período que culminou no golpe de Estado de 2016. Para tanto, reflete sobre a construção do imaginário relativo à “juventude” a partir da década de 1960. Por mais que o comportamento da juventude não foi uniforme, Capellari considera que as ações de alguns de seus grupos ajudaram a criar as condições para o golpe.

Marcos Tarcisio Florindo discute o papel da repressão policial na elaboração das práticas de controle social e político ocorridos no Brasil durante a vigência do regime republicano. Atenta-se aos períodos de autoritarismo e de ruptura institucional, nos quais, segundo o autor, a demanda por práticas de atuação policial baseados na violência e na intimidação tornam-se corriqueiras e mais usuais, atingindo diversos segmentos da sociedade. O artigo debruça sobre as perspectivas de imposição da força inauguradas pelo golpe jurídico parlamentar ocorrido em 2016, procurando delimitar suas diferenças e semelhanças com os momentos de ruptura anterior e as possibilidades de utilização do aparato de repressão do Estado, isto no contexto do acirramento dos conflitos sociais devido a imposição de uma agenda política de austeridade e de contenção de gastos, a qual atinge com mais intensidade os setores populares da sociedade.

Por fim, o texto de Tatyana Murer Cavalcanti procura se debruçar sobre os impactos causados pelo curso O golpe de 2016 e o futuro da democracia no Brasil (UnB/2018) no debate sobre autonomia universitária. Ao demonstrar que a universidade como espaço de produção de conhecimento e disputas de significados sociais foi um ganho histórico, caberia a nossa intelectualidade buscar a manutenção da autonomia, por meio de resistência e enfrentamento aos poderes instituídos.